

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

LEI Nº 838/01

Reedita com nova redação a Lei Municipal nº 617 de 13.12.91 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos seus Art. 1º a 15º, revogados que foram pela Lei 749 de 12.05.97 e revoga na íntegra a Lei 756 de 08.08.97.

Ailton Laudelino Andrade, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I
Seção I - Das Disposições Gerais**

Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente no município de Angelina, será feito através das políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer e profissionalização e outros, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitam será prestada a Assistência Social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único – É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado no Município o serviço especial de prevenção e atendimento médico psicossocial as vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º - Fica criado pela Municipalidade, o serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º - O Município propiciará a proteção Jurídico Social aos que dela necessitarem, por meio de entidade de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - Caberá ao Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados.

CAPÍTULO II

Seção II – Da Política de Atendimento

Art. 8º - A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, será gratuita através dos seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III

Seção III – Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 9º – Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente do município de Angelina, nos termos da Lei Federal nº 8609/90.

Art. 10º - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) se constitui como órgão normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas de promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, gozando de autonomia administrativa e financeira, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 11º - As atividades do CMDCA visam o entendimento e a proteção integral da criança e do adolescente do município de Angelina, através de políticas básicas de educação e saúde, recreação, esporte, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade, respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

CAPÍTULO IV

Seção IV – Da Competência

ART. 12º - O CMDCA tem as seguintes competências, além de outras em lei:

- I. – definir, em todas as áreas, políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- II. – difundir e divulgar amplamente as políticas destinadas à criança e ao adolescente;
- III. – articular e integrar as entidades governamentais com atuação vinculada à infância e à adolescência no Município de Angelina;
- IV. – estabelecer prioridades e acompanhar a execução das políticas básicas e assistenciais (educação, saúde, cultura, lazer, justiça), destinadas a criança e ao adolescente, com ênfase nas medidas preventivas;
- V. - manter permanentemente o entendimento com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo-lhe propor, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;
- VI. – incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais das instituições governamentais ou não, envolvidas no atendimento direto à criança e ao adolescente, respeitando o princípio da descentralização político administrativa;
- VII. – registrar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente que mantenham, além dos programas previstos no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os seguintes:

- a) profissionalização;
- b) reabilitação.

Parágrafo único- Será negado registro à entidade que:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança,
 - b) não apresente programa de trabalho compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90;
 - c) esteja irregularmente constituída;
 - d) tenha em seu quadro de trabalho pessoas inidôlas.
- VIII. – inspecionar delegacias de polícias, presídios, entidades de internação ainda existentes e demais estabelecimentos governamentais ou não, em que se possam encontrar crianças e adolescentes;
 - IX. – estabelecer normas e procedimentos para realização de convênios com entidades não governamentais, visando a assistência integral à criança e ao adolescente;
 - X. –acompanhar a gestão dos fundos destinados ao atendimento à criança e ao adolescente;

- XI. cooperar no planejamento municipal e na elaboração das leis, oferecendo propostas que objetivem o atendimento prioritário dos direitos da criança e do adolescente;
- XII. – regulamentar, organizar, coordenar e adotar medidas necessárias para a eleição e posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município, segundo os princípios legais;
- XIII. – apoiar o Conselho Tutelar nas suas ações;
- XIV. – expedir normas para a organização e funcionamento do serviço de proteção jurídico-social aos que dela necessitam, prestados pelas entidades registradas junto ao CMDCA;
- XV. incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas, com o objetivo de definir, discutir e reavaliar as políticas sociais básicas;
- XVI. registrar todos os programas e projetos governamentais de âmbito municipal e regional, mantendo o cadastro atualizado;
- XVII. – elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno, quando necessário, devendo o mesmo ser aprovado por maioria absoluta.

CAPÍTULO V

Da Organização

Seção V – Dos Membros do Conselho

Art. 13º - O CMDCA é constituído de membros representantes das entidades registradas na forma do art.14º, que assistam à criança e o adolescente.

Art. 14º - O CMDCA será composto de 10 membros titulares e 10 (dez) suplentes, sendo 50% (cinquenta por cento) indicados pelo Poder Público e os outros 50% (cinquenta por cento) representantes da sociedade civil.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo indicará os representantes do Poder Público com poderes de decisão no âmbito de suas competências, da seguinte forma:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;
- b) 01 (um) representante da Secretaria da Saúde e Assistência Social;
- c) 01 (um) representante da Secretaria da agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Transportes e Obras;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças.

§ 2º - O CMDCA, no dia de sua posse, elegerá pelo voto de 2/3 dos membros que o compõe, seu presidente, vice-presidente e secretário, para um mandato de 01 (um) ano.

§ 3º - A ausência injustificada do membro do CMDCA a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas no decurso do mandato, implicará na exclusão automática do representante eleito, devendo assumir o primeiro Suplente.

§ 4º - Sendo o representante do Órgão Público o faltante, o Chefe do Poder Executivo terá que proceder a devida substituição.

Art. 15º - O mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes será de 3 (três) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 16º - As entidades não governamentais deverão indicar os membros efetivos e suplentes para comporem o CMDCA, obedecidas a forma e paridade previstas no art. 88, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de seus fóruns próprios.

Art. 17º - A nomeação e a posse dos membros escolhidos para o CMDCA serão da competência de Prefeito Municipal, e em caso de vacância, dar posse ao Suplente mais votado, para cumprir mandato enquanto perdurar a ausência do Titular não superando o período a que foram eleitos.

Art. 18º - O Poder Executivo proporcionará os meios e recursos necessários à instalação e ao funcionamento regular e permanente do CMDCA.

Art. 19º - A função de membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada (Art. 89 do ECA).

CAPÍTULO VI

Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente

Seção VI – Da criação e natureza do Fundo

Art. 20º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é órgão vinculado.

§ 1º - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados de conformidade com o plano aprovado preliminarmente pelo CMDCA, através das Resoluções.

Seção VII – Da Competência do Fundo Municipal

Art. 21º - I – Registrar os recursos orçamentários próprios a ele transferidos, oriundos da receita municipal ou de outras fontes estaduais, federais ou de pessoas físicas, em benefício da criança e do adolescente;

II – Registrar os recursos captados pelo município através de convênios ou por doações ao fundo.

III – Manter o controle estrutural das aplicações financeiras através de servidor de carreira efetivo designado através de ato do Chefe do Poder Executivo par atuar como gestor do fundo levadas a efeito no município nos termos das Resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do adolescente.

IV – Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

V – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22º - O Fundo será regulamentado por resolução expedida pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 23º - Esta Lei entrará em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei 756 de 08.08.97.

Angelina, 20 de abril de 2001.

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal